

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 531.762 - SP (2019/0266520-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : TATIANO CRISTIAN PAPA**  
**ADVOGADO : TATIANO CRISTIAN PAPA - SP394579**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : SERGIO UCHELLI DA ROCHA JUNIOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de SERGIO UCHELLI DA ROCHA JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 222):

Habeas corpus - Tráfico de drogas — Prisão em flagrante - Conversão em preventiva - Presença dos requisitos da custódia cautelar — Decisão bem fundamentada - Medidas cautelares insuficientes no caso concreto - onstrangimento ilegal — Inexistência - Ordem denegada.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a autorizar a decretação da prisão preventiva, além de alegar que são suficientes as medidas cautelares diversas da prisão. Informa, igualmente, que o paciente é primário.

O paciente responde pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A liminar foi deferida (fls. 230/232).

As informações foram prestadas (fls. 236/253 e 263/275).

O parecer do Ministério Público Federal foi pela não concessão da ordem (fls. 277/278).

Na origem, o Processo n. 1500206-46.2019.8.26.0592 encontra-se na fase de defesa prévia, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça de São Paulo, na data de 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 59-60):

[...]. Passo à análise do auto de prisão, nos termos do art. 310, do Código de Processo Penal. E de sua leitura, "ictu oculi", vislumbro que foram observadas pela DD. Autoridade Policial as cautelas dispostas pelo art. 306

# *Superior Tribunal de Justiça*

do Código de Processo Penal, ausente qualquer hipótese a autorizar o relaxamento da prisão em flagrante. Dos depoimentos colhidos e do auto de prisão em flagrante não se constata, por ora, razão bastante para se alterar juridicamente o convencimento externado pela D. Autoridade Policial, considerando os indícios de autoria, com relação ao autuado, e a prova da materialidade (auto de exibição e apreensão da droga e laudo de constatação provisória da substância entorpecente). Indagado sobre as circunstâncias de sua prisão ou apreensão, em solo policial o averiguado disse que sofreu violência por ocasião da prisão sendo agredido por socos e enforcamento pelos policiais. Pois bem. Não há nada, no momento, que desqualifique o crime como equiparado a hediondo, face ao contexto da apreensão. **Segundo o relato dos milicianos, da manhã de ontem, realizavam ronda ostensiva pelos bairros Mario Covas e o vizinho Acacias, mais precisamente pela Rua Jose de Oliveira Júnior, quando avistaram dois rapazes caminhando pela rua e tão logo perceberam a aproximação a viatura, se separaram, notando que um deles, SÉRGIO UCHELLI DA ROCHA JÚNIOR, conhecido nos meios policiais pelo envolvimento com o tráfico de drogas, aproximou-se de uma caminhonete que estava devidamente estacionada naquela rua, momento em que flagraram o mesmo dispensando "um objeto" no interior da caçamba daquele veículo. O rapaz que acompanhava SÉRGIO foi revistado e nada de ilícito encontrado em seu poder, todavia, SÉRGIO resistiu a prisão, sendo necessário uso de força física moderada para a imobilização com algema. Durante a imobilização, o depoente e VIEIRA vieram a sofrer escoriações no rosto e mão, enquanto o autor acabou se lesionando na face. Ao verificarem o que SÉRGIO havia dispensado, constataram que se tratava de um saco plástico transparente, contendo em seu interior, 11 invólucros de maconha e 20 invólucros de crack, já preparados para a venda, sendo dada imediatamente voz de prisão a SÉRGIO pelo crime de tráfico de drogas. Junto às drogas foi encontrado um aparelho celular da marca SANSUNG, cor preta que o autor alegou ser propriedade de sua genitora e por debaixo da capa a quantia de R\$80,00 reais em papel moeda. O acusado nega a propriedade da droga. O contexto da apreensão ratifica de forma veemente a conclusão externada pela Autoridade Policial e reclama a conversão da prisão em preventiva. Ademais, a tese do acusado, pelo menos por ora, não lhe socorre, cedendo espaço aos demais elementos que bem caracterizam a prova da existência do crime e indicio suficiente de sua autoria. O cenário e a gravidade das imputações denotam a gravidade da conduta; a quantidade e natureza da droga indicam, juntamente com o dinheiro apreendido, no horário e local da abordagem, a destinação para mercancia.** A alta lesividade da droga apreendida aponta que o increpado tem intenso envolvimento com o tráfico, pelo que, e aliando-se a tudo que foi dito, inviável a concessão de fiança, nos termos do art. 323, II, do Código de Processo Penal. A gravidade do crime e quantidade de pena reclusiva máxima cominada (superior a quatro anos), estão a desautorizar a fixação de outras medidas cautelares, sendo certo que, no contexto, o crime é equiparado a hediondo. Por conta do exposto, para garantia imediata da ordem pública, mais ainda se considerando os indicativos do envolvimento

# Superior Tribunal de Justiça

do custodiado com o comércio de drogas, havendo informações, que posteriormente serão melhor elucidadas, que se dedica ao comércio de drogas na região onde mora, CONVERTO EM PRISÃO PREVENTIVA a prisão em flagrante de SÉRGIO UCHELLI DA ROCHA JÚNIOR. Não é por demais dizer haver necessidade ainda da custódia do investigado também por conveniência da instrução criminal, sendo muito importante asseverar que em processos de tal ordem seja toda e qualquer testemunha isenta de qualquer pressão para depor em Juízo, inclusive para fins de preservação da prova a ser colhida. Expeça-se o competente mandado de PRISÃO PREVENTIVA, com fundamento nos artigos 311, 312 e 313, I, todos do CPP. [...].

Como se vê, o Juízo de origem apresentou fundamentação concreta, baseada na quantidade e variedade de drogas apreendidas (**11 invólucros de maconha e 20 invólucros de crack**). Contudo, ao analisar as circunstâncias do caso, verifica-se que, embora conste do decreto prisional fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a quantidade de entorpecente apreendida não se revela expressiva, tratando-se de 11,43 gramas de crack e 13,6 gramas de maconha (fl. 33).

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Sendo assim, não se verifica qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, constando da decisão afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, o que evidencia a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não havendo divergência nesta Sexta Turma do Tribunal a respeito desse tema, deve ser reconhecida a ilegalidade, restando prejudicado o pedido de concessão da prisão domiciliar.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus*, para a soltura do paciente SÉRGIO UCHELLI DA ROCHA JÚNIOR, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator